



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**Secretaria Municipal de Logística e Compras**  
**Superintendência da Secretaria de Logística e Compras**  
**Diretoria de Licitações**  
**Gerência de Licitações**

Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR,  
CEP 87013-060 Telefone: (44) 3127-7100 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

## **PREZADO LICITANTE:**

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail [pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br](mailto:pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br), sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221- 1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail [sei@maringa.pr.gov.br](mailto:sei@maringa.pr.gov.br).

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes, pois neles há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

A minuta do contrato traz as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o Projeto Básico, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos e a Minuta de Contrato, bem como outros documentos aptos a execução deste procedimento licitatório.

Havendo divergências entre os documentos, na forma da lei prevalecerá este instrumento convocatório (Edital) sobre todos os demais em seu conteúdo

Atenciosamente,

# EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

Processo Administrativo nº 01.20.00023773/2026.54

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do certame: #OBJC Contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução das obras de transposição do Córrego Mandacaru com implantação de bueiro triplo celular de concreto – BTCC 3,00 x 3,00 m, no Município de Maringá/PR, compreendendo obra de arte corrente com 29,90 metros de corpo de bueiro e 2 (duas) unidades de boca de bueiro, bem como os serviços complementares de aterro, terraplenagem, pavimentação primária, cercamento e sinalização, conforme projetos executivos e documentação técnica constante dos anexos do Projeto Básico, citados no **item 8.5** - Anexos do Projeto Básico.

1.2. A tabela resumo demonstra todas as informações técnicas desta licitação:

NOME DA OBRA	Execução de Obras de Implantação de Bueiro Triplo Celular de Concreto (BTCC) 3x3m na transposição do Córrego Mandacará, no Município de Maringá - PR.					
INTERVENÇÃO	Execução de Obra - Construção - Equipamento Urbano - Obra de Arte Corrente					
	CATSER: Grupo: 545 Serviço: 1759 Descrição: Obras Civis de Pontes e Viadutos - Concreto					
OBJETO	Contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução de obras de implantação de bueiro triplo celular de concreto (BTCC 3x3m) na transposição do Córrego Mandacará, no Município de Maringá – PR, compreendendo a execução da travessia, terraplenagem, drenagem, revestimento primário, cercamento e demais serviços complementares previstos nos projetos executivos e documentação técnica anexa.					
DIMENSÕES BÁSICAS DE PROJETO	DESCRIÇÃO			QUANTIDADE	UNIDADE	
	Área de pavimentação			7.293,23	m2	
	Volume de aterro			7.266,07	m3	
	Comprimento BTCC			29,90	m	
LOCALIZAÇÃO DA OBRA	Local		Travessia Ribeirão Mandacaru			
	Trecho		Prolongamento da Avenida Mandacará			
	Segmento		Estrada ligação - Estaca 125 + 8,21m			
	Coordenadas		Latitude: 23°21'27.06"S, Longitude 51°57'21.35"O			
	Zona		Rural			
	Código da via		1567			
	CD-Bem		610002994			
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DADOS PARA EMPENHO	REPASSE CONVÊNIO		NATUREZA DA DESPESA	VALOR	REDUZIDO	FONTE 1372
	N°1025/2025 - SECID		4.4.90.51.00.00	R\$ 2.010.150,52	1690	
	RUBRICA ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DA DESPESA	CONTRAPARTIDA MUNICIPAL		FONTE 2000
	20.010.15.451.0014.1.015		4.4.9.0.51.00.00	R\$ 105.797,40		

	<b>Total</b>			<b>R\$</b> <b>2.115.947,92</b>
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	Em parcelas mensais, conforme medições apresentadas.			
<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b>	180 dias			
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>	360 dias			
<b>GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>MATRÍCULA</b>
	<b>Gestor</b>	<b>Luiza Souza Ribeiro</b>	<b>Agente Administrativo</b>	<b>46584</b>
	Suplente	Marino de Oliveira Suarez	Auxiliar Administrativo	16985
	<b>Fiscal</b>	<b>Bruno Massayuki Koga</b>	<b>Engenheiro civil</b>	<b>47116</b>
	Primeiro Suplente	Sigmar Otaviano Navachi	Engenheiro civil	18956
<b>ANEXOS DO PROJETO BÁSICO</b>	<b>Anexo A - Documentos</b>			
	1. Termo de Convênio nº 1065/2025 - SECID ( <a href="#">SEI nº 7919498</a> ) 2. Licenciamento Ambiental ( <a href="#">SEI nº 7918082</a> ) 3. Ensaios Geotécnicos ( <a href="#">SEI nº 7951386</a> ) 4. Anuências ( <a href="#">SEI nº 7919715</a> ) 5. Termo de doação dos projetos ( <a href="#">SEI nº 2619697</a> ) 6. Estudo Técnico Preliminar ( <a href="#">SEI nº 7415089</a> )			
	<b>Anexo B - Projetos Executivos</b>			
	1. Projeto EXECUTIVO_APROVADO VOL 02 (7917127) 1.1. Projeto de Situação 1.2. Projeto Geométrico 1.3. Projeto Altimétrico 1.4. Projeto de Drenagem / Estrutural 1.5. Projeto de Terraplenagem / Seções Transversais 1.6. Projeto de Pavimentação 2. Memorial de Cálculo Vol. 01- APROVADO (7917314) 2.1. Relatório de Fotos 2.2. ART de Projetos 2.3. Dimensionamentos Drenagem 2.4. Notas de Serviços de Terraplenagem 2.5. Planilha de Locação de Traçados dos Ramos 3. Memorial Descritivo e Especificações (7917317) 4. Projetos EDITÁVEIS (7917337)			
	<b>Anexo C - Orçamento</b>			
	1. <a href="#">Orçamento (SEI nº 7917593)</a>			
	<b>Os projetos e documentos relacionados acima podem ser consultados por meio dos respectivos links, sob os nomes dos arquivos, ou ainda, por meio do link indicado a seguir: <a href="https://tinyurl.com/235bys5e">https://tinyurl.com/235bys5e</a>.</b>			

1.3. Órgão ou entidade demandante: Prefeitura do Município de Maringá – PR (PMM), por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar (**SETRAB**) e da Secretaria Municipal de Obras Públicas (**SEMOP**). #SECD

1.4. Autoridades máximas das Unidades Demandantes: **Rogério Aparecido Bernardo** - Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar e **Roberto Petrucci Junior** - Secretário Municipal de Obras Públicas #RESP:

1.5. **Licitação compartilhada** entre a Administração Direta do Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta do Município de Maringá, nos termos da Lei n.º 11.189/2020.

1.6. Certame destinado à contratação de obra de engenharia, nos termos deste edital e de seus anexos **#SRPQ**

1.7. **Data do certame e horário da disputa de lances: 09:00 horas do dia 18/05/2026.**

1.7.1. **A proposta deverá ser apresentada até as 09:00 horas do dia 18/05/2026.**

1.7.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo licitante mais bem classificado em até **2 (duas) horas** após a solicitação do agente de contratação.

1.7.3. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente de contratação/pregoeiro, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.

1.7.4. A análise da habilitação, contudo, ocorrerá após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.

1.7.5. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

1.8. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

1.9. **Valor estimado total da contratação: R\$ 2.115.947,92.: #VETC**

1.10. Rito da seleção: procedimento comum. **#MDLI**

1.11. Forma da seleção: **Eletrônica.** **#FDSE**

1.12. Local do certame: **compras.gov.br**

1.12.1. **UASG: 987691**

1.12.2. Número da licitação na plataforma: **90002/2026**

1.13. Critério de julgamento: **Menor preço.** **#CDJU**

1.13.1. A contratação será: **Preço global.** **#CGOI**

1.13.2. Os serviços previstos para a execução da obra em questão não devem ser contratados de forma parcelada, tendo em vista que constituem solução única e integrada, com elevada interdependência técnica e executiva entre si. A implantação do bueiro triplo celular de concreto (BTCC 3x3m), os serviços de terraplenagem, drenagem, revestimento primário e obras complementares estão fisicamente vinculados e devem ser executados de forma coordenada, sob responsabilidade de uma única contratada, a fim de assegurar compatibilidade construtiva, adequado sequenciamento executivo, controle tecnológico, segurança da execução e pleno atingimento do resultado final pretendido, justificando-se, assim, a licitação da obra em **lote global**.

1.13.3. **Subcontratação Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração e restrita a parcelas que não constituam a parcela principal do objeto. Fica vedada a subcontratação da parcela de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, especialmente da execução do bueiro triplo celular de concreto – BTCC 3,00 x 3,00 m, ou da solução estrutural principal equivalente prevista no Projeto Básico. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada perante a Administração quanto à execução integral do objeto, permanecendo a contratada como única responsável técnica e contratual pelos serviços executados, inclusive aqueles realizados por subcontratada. A empresa subcontratada deverá atender às condições de habilitação compatíveis com a parcela a ser executada, quando exigido pela Administração, e não poderá estar impedida de licitar ou contratar com o Poder Público. A autorização para subcontratação dependerá de solicitação formal da contratada, com identificação da empresa subcontratada, da parcela a ser subcontratada e da documentação pertinente, cabendo à Administração avaliar a compatibilidade da subcontratação com o interesse público e com as condições da contratação**

1.13.4. Ponderação da técnica e preço: Considerando que o objeto da contratação se trata da execução de obra comum de engenharia para transposição do Ribeirão Mandacaru, mediante

implantação de galeria celular em bueiro triplo celular de concreto (BTCC), com serviços complementares de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização, e que a seleção da proposta vencedora pelo menor preço implica economia para o Município, adotou-se o critério de julgamento **MENOR PREÇO**. #PTPR

1.14. Modo de disputa: **Aberto e Fechado**. #MDDI

1.14.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.

1.15. Ordem das etapas: Não, rito procedimental comum #ODET.

1.16. Este certame não será processado pelo Sistema de Registro de Preços. #CSRP

1.17. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#): #BMPE

1.17.1. Considerando que a presente contratação será realizada em lote global único, com valor estimado de R\$ 2.115.947,92, não se aplica a participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista para itens ou lotes de até R\$ 80.000,00.

1.17.2. Em razão da natureza integrada do objeto e da adoção de julgamento por menor preço global, também não se aplica o estabelecimento de benefícios distintos por item.

1.17.3. Permanecem aplicáveis, contudo, os tratamentos favorecidos legalmente previstos às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabíveis, especialmente o critério de desempate ficto e a possibilidade de regularização fiscal nos termos da legislação vigente.

1.17.4. Sem benefícios para MPE (Ampla Concorrência - Geral), aplicando-se desempate ficto e prazo para regularidade fiscal.

1.17.5. A tabela com benefício de MPE para cada item do objeto, está no Anexo I - Especificações técnicas. #TMPE: Não se aplica, tendo em vista que a presente contratação não adota benefícios diferenciados para MPE por item, por se tratar de licitação em lote global único.

1.17.6. A subcontratação de MPE, no percentual mínimo de 30% do valor do contrato, não se aplica, uma vez que o Projeto Básico não prevê subcontratação obrigatória de microempresas ou empresas de pequeno porte para a presente contratação.

1.18. Não será exigida apresentação de amostras. #AMOS

1.19. Não se aplica a exigência obrigatória de programa de integridade, considerando que o valor estimado da contratação não caracteriza contratação de grande vulto nos termos do Decreto Municipal nº 2.259/2023.

## 2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e

2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



2.7. Empresas reunidas em consórcios não poderão participar desta licitação. #CONS

2.7.0.1. A vedação à participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio se justifica em razão de o objeto consistir na execução de obra comum de engenharia, correspondente à transposição do Córrego Mandacarú com galeria celular em bueiro triplo celular de concreto – BTCC 3,00 x 3,00 m, com valor estimado de R\$ 2.115.947,92 e prazo de execução de 180 dias, não se tratando de contratação de grande vulto ou de complexidade extraordinária. O porte, a natureza e as características da intervenção admitem a participação de empresas que, isoladamente, possuam condições técnicas e econômico-financeiras para executar integralmente o objeto

2.7.0.2. A ausência de consórcio não trará prejuízo à competitividade do certame, tendo em vista que o objeto licitado possui solução técnica definida, escopo delimitado e quantitativos previamente estabelecidos em projeto executivo, memorial de cálculo, memorial descritivo e orçamento, sendo compatível com a atuação individual de empresas especializadas em obras de arte corrente, drenagem, terraplenagem e serviços complementares.

2.7.0.3. Considerando que a vedação à participação em consórcio deve ser devidamente justificada no processo licitatório, conclui-se, no caso concreto, que a restrição é adequada e proporcional, pois o objeto não demanda a conjugação de capacidades empresariais excepcionais ou complementares para sua execução. A contratação de empresa individual mostra-se suficiente para atender ao interesse público, com maior simplicidade na gestão contratual, fiscalização da obra e responsabilização da contratada.

2.7.0.4. Ressalta-se, ainda, que a vedação à participação de consórcios, no presente caso, contribui para a racionalização da contratação, evitando complexidade desnecessária na administração do contrato, na apuração de responsabilidades e na fiscalização da execução, sem comprometer a ampla participação de empresas aptas a executar o objeto licitado.

2.8. Clique neste link: <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>, para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação

### 3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.

3.2. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.3. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;

3.4. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.

3.5. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;

3.6. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.7. A proposta foi elaborada de forma independente, possui validade mínima de 90 (noventa) dias e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação tem conhecimento do preço nela ofertado.

3.8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das

propostas;

- 3.9. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 3.10. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e
- 3.11. A contratada deverá observar e cumprir, quando aplicável, as exigências legais de reserva de cargos previstas em lei e em normas específicas, inclusive para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.
- 3.12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.
- 3.13. Concordo com a adequação do projeto que integra o edital e que as alterações contratuais decorrentes de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>). pro
- 3.15. Declaro que será promovida a assinatura do respectivo instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá.

#### 4. PROPOSTA

A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

- 4.1. Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma ComprasGov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerando para fins de proposta ajustada.
- 4.2. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da convocação formal, a proposta ajustada ao valor final ofertado, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação tempestiva da licitante e aceitação da comissão de contratação.
- 4.2.1. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido implicará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.3. Junto com a proposta deverão ser apresentados os documentos: #JCPR
- 4.3.1. Deverão ser apresentadas, junto ao contido no **item 4.9.4 - Proposta de preços** do Projeto Básico, os documentos listados a seguir, sendo que as declarações deverão ser apresentadas conforme modelos disponibilizados no edital de licitação:
- 4.3.2. **DECLARAÇÃO DA PROPOSTA (SEI Nº 7845339);**
- 4.3.3. **DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO (SEI Nº 7847243);** no caso de empresa optante pelo Regime Tributário Simples Nacional, apresentar o Programa Gerador do Documento de arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) ou Extrato do Simples Nacional, acompanhado de Declaração emitida pelo Contador da empresa, identificando em qual dos Anexos (I, II, III, IV ou V) do Regime do Simples Nacional a empresa está sujeita;
- 4.3.4. **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR (SEI Nº 7973049)**, no caso de não aplicação de desconto linear, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação;
- 4.3.5. Há previsão de garantia contratual de 5% e, nas obras e serviços de engenharia, a Lei 14.133 ainda exige garantia adicional se a proposta vencedora ficar abaixo de 85% do valor orçado; **Não será exigida garantia da proposta.** Não será exigida garantia da proposta. Permanecem aplicáveis,



quando cabíveis, a garantia contratual e a garantia adicional previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

4.3.6. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio eletrônico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da convocação formal, a proposta ajustada ao valor final ofertado, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação tempestiva da licitante e aceitação da comissão de contratação.

4.3.7. Deverão ser apresentados, assinados pelo responsável técnico da empresa classificada, conforme a Planilha ORÇAMENTO constante do item 9.3.3 – Anexo C – Orçamento do Projeto Básico, em formato editável e digital com assinatura, os seguintes documentos:

I – folha resumo da empresa;

II – planilha orçamentária da empresa;

III – composições detalhadas de preços unitários de cada item da planilha orçamentária proposta, sendo facultada a apresentação apenas das composições que diferirem daquelas disponibilizadas pela Administração e das constantes de bancos oficiais, conforme declaração prevista no edital;

IV – insumos da empresa;

V – cronograma físico-financeiro da empresa;

VI – composição detalhada do BDI Geral;

VII – composição detalhada do BDI Diferenciado, quando aplicável;

VIII – composição detalhada dos Encargos Sociais.

4.3.8. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido implicará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4. Será admitido o saneamento de erros ou falhas formais na proposta, desde que não haja alteração de sua substância, majoração do valor ofertado ou comprometimento da isonomia entre os licitantes. Persistindo a desconformidade, a proposta será desclassificada, sem prejuízo da apuração de eventual infração administrativa, quando cabível.

4.5. Para a elaboração da proposta de preços, a licitante deverá observar rigorosamente os documentos técnicos que embasam a contratação, especialmente a Planilha ORÇAMENTO constante do item 9.3.3 – Anexo C – Orçamento do Projeto Básico, bem como as disposições referentes ao correto preenchimento da planilha, à limitação de edição das células liberadas, ao uso de até 2 (duas) casas decimais com precisão “truncar” e à vedação de apresentação de preço global ou preços unitários superiores aos valores de referência da Administração.

## **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. **Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:**

5.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;

5.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

5.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

5.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

5.1.5. regularidade perante a fazenda municipal de Maringá/PR;

5.1.6. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

5.1.7. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.2. **Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:**

5.2.1. da consulta ao SICAF; ou

5.2.2. da consulta nos portais de consulta pública; ou

5.2.3. da convocação pelo agente de contratação.

5.3. **Qualificação técnica:**

5.3.1. **Registro em entidade profissional #ENTI**

A qualificação técnica quanto ao registro em entidade profissional será demonstrada por meio da

apresentação de Certidão de Registro da licitante e do(s) responsável(is) técnico(s) por ela indicado(s), expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o caso, comprovando a regularidade perante a entidade profissional competente, nos termos da legislação vigente.

Caso a empresa licitante ou o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) não sejam registrados ou inscritos no CREA e/ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos junto aos órgãos regionais competentes por ocasião da assinatura do contrato.

#### 5.4. **Capacidade técnico-operacional** #RMAO

A capacidade técnico-operacional será demonstrada por meio da apresentação de 1 (um) ou mais atestado(s), Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO) ou documento(s) equivalente(s), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que não seja o próprio licitante, e que comprove(m) o desempenho satisfatório da licitante na execução de objeto compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo desta contratação.

Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, aquelas indicadas na **Tabela 05 Capacidade Técnico Operacional**, observado que os quantitativos mínimos exigidos guardam proporcionalidade com a dimensão e a complexidade do objeto licitado.

**Tabela 05 Capacidade Técnico Operacional:**

Item	Parcela de maior relevância técnica e valor significativo	Unidade	Quantitativo mínimo exigido (50%)
1	Execução de bueiro celular de concreto tipo BTCC 3,00 x 3,00 m, moldado no local, ou solução compatível	m	14,95
2	Execução de pavimentação viária/primária em obras de infraestrutura	m²	3.961,61
3	Execução de aterro, terraplenagem ou movimentação de terra em obras de infraestrutura viária	m³	3.633,04

5.4.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar a execução mínima dos quantitativos indicados na Tabela 05.

5.4.2. Caso o quantitativo executado não conste expressamente no documento apresentado, a licitante poderá anexar documentos complementares aptos a demonstrar o atendimento da exigência, os quais serão analisados pela comissão de contratação.

5.4.3. Será admitido o somatório de atestados, certidões e/ou documentos equivalentes para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que os documentos apresentados sejam compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo exigidas no edital.

5.4.4. Não será admitida, para fins de habilitação, a utilização de atestado relativo a potencial subcontratado.

5.4.5. As exigências de comprovação de capacidade técnico-operacional têm por finalidade assegurar que a licitante possua experiência prévia compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto desta contratação, especialmente quanto à solução estrutural principal e aos serviços complementares indispensáveis à adequada execução da obra.

5.5. No presente caso, a exigência guarda pertinência com a implantação de bueiro triplo celular de concreto tipo BTCC 3,00 x 3,00 m, correspondente à solução estrutural central da intervenção, bem como com os serviços de pavimentação e aterro/terraplenagem previstos no Projeto Básico, por constituírem etapas materialmente relevantes à execução do objeto

#### 5.6. **Capacidade técnico-profissional** #RMAP #RAEP

A capacidade técnico-profissional será demonstrada por meio da apresentação de uma ou mais Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), expedida(s) pelo respectivo conselho

profissional, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, comprovando experiência compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo definidas na **Tabela 06** do Projeto Básico.

O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) acervo(s) técnico(s) apresentado(s) deverá(ão) participar, obrigatoriamente, da execução da obra como responsável(is) técnico(s) principal(is), sendo vedada a utilização do mesmo acervo técnico por mais de um licitante neste certame.

Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, aquelas indicadas na Tabela 06:

**Tabela 06 – Capacidade técnico-profissional:**

Item	Parcela de maior relevância técnica e valor significativo	Unidade	Quantitativo mínimo exigido
1	Execução de bueiro celular de concreto tipo BTCC 3,00 x 3,00 m, moldado no local, ou solução compatível	m	14,95
2	Execução de pavimentação viária/primária em obras de infraestrutura	m <sup>2</sup>	3.961,61
3	Execução de aterro, terraplenagem ou movimentação de terra em obras de infraestrutura viária	m <sup>3</sup>	3.633,04

5.6.1. A comprovação de vínculo do profissional com a licitante poderá ser realizada por meio da apresentação de contrato social, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, registro junto à entidade profissional competente ou declaração de disponibilidade, na forma prevista no edital.

5.6.2. Os atestados e as certidões de acervo técnico apresentados para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão estar devidamente registrados na entidade profissional competente.

5.6.3. Caso o quantitativo executado não conste expressamente da CAT-A, a licitante poderá apresentar documentos complementares aptos a demonstrar o atendimento da exigência, os quais serão analisados pela comissão de contratação.

5.6.4. Para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, será admitido o somatório dos quantitativos constantes das certidões de acervo técnico e atestados apresentados, desde que se refiram a serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

5.6.5. Não será admitida, para fins de habilitação, a utilização de atestado relativo a potencial subcontratado.

5.6.6. As exigências de capacidade técnico-profissional têm por finalidade assegurar que o(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante possua(m) experiência prévia compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, observada a proporcionalidade com a dimensão e a complexidade do objeto.

5.6.7. No presente caso, a exigência de experiência técnico-profissional guarda pertinência com a implantação do BTCC 3,00 x 3,00 m, bem como com os serviços de pavimentação e aterro/terraplenagem previstos no Projeto Básico, por constituírem etapas relevantes da execução da obra

#### **5.7. Comprovação de disponibilidade #CDDI**

I - A comprovação de disponibilidade de profissional habilitado para a execução dos trabalhos referidos na comprovação de capacidade técnico-profissional será mediante a apresentação de **um dos documentos abaixo**:

a) Vínculo trabalhista (Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Ficha de Empregado), em sendo o profissional empregado do licitante;

b) Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;

c) Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante, tendo vigência de no mínimo **06 (seis) meses** a contar da data de entrega da proposta;

d) **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA** (SEI nº [Anexo de Edital \(SEI nº 7844997\)](#)) pelo licitante com a anuência formal do profissional, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação. A declaração deverá ser individual, aceitando a participação no processo licitatório, especificando a participação na execução do objeto e ter firma reconhecida do profissional.

#### 5.8. **Visita técnica** #VITE

I - Com o intuito de que tenham pleno conhecimento das condições locais e do grau de dificuldade em que será realizado o objeto da licitação, bem como do conhecimento e avaliação das peculiaridades relativas aos serviços a serem desenvolvidos, recomenda-se que os licitantes realizem visita técnica no local da obra

II - A visita deverá ser realizada por quem possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência, acompanhado por engenheiro ou arquiteto da Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura do Município de Maringá. Para agendamento, deverá ser aberto o tipo processual no SEI: "**Obras Públicas: Visita Técnica para Licitação**" e preenchido o "**Formulário de Solicitação de Visita Técnica**".

III - O Atestado de Visita Técnica será disponibilizado no mesmo processo SEI, em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da visita.

IV - O prazo máximo para realização da visita é de **03 (três) dias úteis** antes da abertura da licitação.

V - Se realizada visita técnica pela proponente, essa deverá apresentar o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** junto da documentação de qualificação técnica. Caso a proponente opte por não realizar a visita, poderá substituir o Atestado de Visita Técnica por **DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA** (SEI nº [Anexo de Edital \(SEI nº 7849103\)](#)), conforme modelo disponibilizado no edital de licitação, declarando que conhece as condições locais em que será realizada a obra, bem como todas as suas peculiaridades, assumindo a responsabilidade por eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local.

5.9. Para fins de esclarecimento e conferência, a licitante deverá apresentar tabela-resumo dos documentos de qualificação técnica, correlacionando as páginas dos arquivos apresentados aos itens correspondentes do Projeto Básico, utilizando o modelo constante do [Anexo de Edital \(SEI nº 7956557\)](#).

#### 5.10. **Qualificação econômico-financeira:**

5.10.1. #CNFA Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data prevista para a abertura da licitação. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.10.3. O licitante deverá apresentar balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, devidamente registrados. #ICPL

I - Balanço Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir. As

demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém criadas poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

II - O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil. As demonstrações contábeis deverão estar autenticadas via Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos ou ainda via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

5.10.4. O licitante deverá apresentar, nos 2 (dois) últimos balanços, comprovação da boa situação financeira por meio dos índices de Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) e Grau de Endividamento (GE); #ICUB

I - A proponente deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Grau de Endividamento igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

II - As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço. Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a proponente fornecido dados que possibilitem a correção, isso não constituirá motivo de inabilitação.

Conforme as seguintes fórmulas:

$$ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

$$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$GE = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) / (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} + \text{Ativo Permanente})$$

5.10.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.10.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.10.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1,0 (um inteiro) nos índices de Liquidez Geral (ILG) ou Liquidez Corrente (ILC), ou resultado superior a 1,0 (um inteiro) no índice de Grau de Endividamento (GE), será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação #POUC #CSPL,

I - A licitante deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 211.594,79, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

5.10.5.1. A disponibilidade financeira operacional será declarada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, devidamente assinados pelo contador da empresa, conforme modelo de DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA disponibilizado no edital de licitação. As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço. Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a proponente fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação

5.11. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

## **6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME #IPCE**

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

6.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

6.3. Impedimento de licitar e contratar;

6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

REFERÊNCIA	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, após oportunizada a possibilidade de saneamento, quando cabível	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Art. 155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de apresentar a proposta ajustada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Pedir reequilíbrio econômico-financeiro com má-fé ou de forma manifestamente infundada, com finalidade protelatória ou de obter vantagem indevida	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no <b>art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</b>	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

6.4.1. Pelas infrações administrativas de:

6.4.1.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame;



- 6.4.1.2. Não manter a proposta, inclusive por deixar de apresentar a proposta ajustada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
- 6.4.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.4.2. Nas hipóteses de infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que o impedimento de licitar e contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 6.4.3. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.4.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, quando cabível.
- 6.4.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

## 7. INFORMAÇÕES GERAIS

- 7.1. [Definições](#)
- 7.2. [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)
- 7.3. [Critérios de desempate](#)
- 7.4. [Negociação](#)
- 7.5. [Recursos e contrarrazões](#)
- 7.6. [Adjudicação e homologação](#)
- 7.7. [Disposições gerais](#)
- 7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.
- 7.9. Onde estamos: Av. Rebouças, 200 - Zona 10, CEP: 87030-410 Maringá/PR
- 7.10. **Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**
- 7.11. **As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**
- 7.12. Quem são os responsáveis pela elaboração do **Projeto Básico e verificação do edital do certame**:
- 7.12.1. Secretários responsáveis: **#RESP : Rogério Aparecido Bernardo** - Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar e **Roberto Petrucci Junior** - Secretário Municipal de Obras Públicas e o engenheiro civil efetivo da SEMOP, Rubens Cruz Lessa, matrícula nº 35.717 bem como todo projeto de doação realizado para prefeitura foi atestadominuciosamente por Luiz Antonio Martins Filho, engenheiro civil efetivo da SEMOP, matrícula nº 43.627.
- 7.12.2. Comissão de licitação/comissão de contratação e membros de apoio da SEMOP conforme realizado rodízio, escolhido nos termos do SEI nº 8110265:

FUNÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA	SECRETARIA	UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI
--------	------	-------	-----------	------------	-------------------------------

<b>Presidente</b>	<b>Claudia Patrícia Perissato Kubota</b>	<b>Agente administrativo</b>	<b>36174</b>	<b>SEMOP</b>	<b>GAAC</b>
Suplente Presidente	<b>Camila de Carvalho</b>	<b>Agente administrativo</b>	<b>35708</b>	<b>SEMOP</b>	<b>GAAC</b>
<b>Membro SEMOP</b>	<b>Ronie Rocha Noritake</b>	<b>Engenheiro Civil</b>	<b>16049</b>	<b>SEMOP</b>	<b>GFOP</b>
Suplente SEMOP	<b>Emilio Antônio Scolari Neto</b>	<b>Engenheiro civil</b>	<b>44126</b>	<b>SEMOP</b>	<b>GFOP</b>
<b>Membro SETRAB</b>	<b>Onivaldo Barris</b>	<b>Diretor de Agricultura</b>	<b>75277</b>	<b>SETRAB</b>	<b>DAP</b>
<b>Suplente SETRAB</b>	Anderson Takashi Hara	<b>Engenheiro Agrônomo</b>	<b>44941</b>	<b>SETRAB</b>	<b>DAP</b>

7.13. A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo dos seguintes servidores #GEFC:

**Gestão do contrato:**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>SECRETARIA</b>	<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI</b>
<b>Titular</b>	<b>Luiza Souza Ribeiro</b>	<b>Agente Administrativo</b>	<b>46584</b>	<b>SETRAB</b>	<b>GAFSETRAB</b>
Suplente	Marino de Oliveira Suarez	Auxiliar Administrativo	16985	SETRAB	GAFSETRAB

**Fiscalização do contrato:**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>SECRETARIA</b>	<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA NO SEI</b>
<b>Titular</b>	<b>Bruno Massayuki Koga</b>	<b>Engenheiro civil</b>	<b>47116</b>	<b>SEMOP</b>	<b>GFOP</b>
Suplente	Sigmar Otaviano Navachi	Engenheiro civil	18956	SEMOP	GFOP

7.14. Normas de regência: [Caderno de Normas Licitatórias](#); Lei nº 14.133/2021; Decreto Municipal nº 2259/2023; Decreto Municipal nº 1856/2023 (SRP); Lei Complementar nº 1.142/2019; : #NESP

7.15. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Termo de Referência, prevalecerá o estabelecido em Edital

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

#### **8. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

8.1. Contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução das obras de transposição do Córrego Mandacaru, no Município de Maringá/PR, mediante implantação de bueiro triplo celular de concreto – BTCC 3,00 x 3,00 m, com 29,90 metros de corpo de bueiro e 2 (duas)

unidades de boca de bueiro, compreendendo, ainda, os serviços complementares de aterro, terraplenagem, pavimentação primária, cercamento e sinalização, conforme projetos executivos e documentação técnica constante dos anexos do Projeto Básico. #OBJC

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O objeto deverá ser executado conforme especificações e quantidades apresentadas na documentação anexa ao Projeto Básico, conforme **item 8.5 - Anexos do Projeto Básico**. #EQSO

9.2. Do objeto a licitar e preço máximo fixado: Do objeto a licitar e do preço máximo fixado: O objeto da contratação e o valor máximo estimado constam deste edital, do Projeto Básico e do Anexo C – Orçamento. #OLPM

9.3. Prazo para início da execução do objeto: O início da execução dos serviços estará condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço, sendo que os serviços deverão ser iniciados, no máximo, dentro de **05 (cinco) dias corridos** após sua assinatura. #PIEO

9.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto: #PEEO

9.4.1. O prazo de execução será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

9.4.2. O prazo de execução caracteriza a entrega dos serviços totalmente aprovados pela fiscalização, desta forma qualquer correção deverá ser feita dentro do prazo de execução.

9.5. Local de entrega ou execução: A obra pretendida será executada no Município de Maringá, Estado do Paraná, conforme localização da **Figura 01** do Projeto Básico, no endereço: Travessia Ribeirão Mandacarú, Prolongamento da Avenida Mandacarú, Estrada ligação - Estaca 125 + 8,21m, Latitude: 23°21'27.06"S, Longitude 51°57'21.35"O. #LEEX

9.6. Formas, condições e prazo de pagamento: #PPGT

9.6.1. O pagamento será efetuado conforme medição, em moeda brasileira corrente, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e atendidas as condições para a liberação das parcelas.

9.6.2. **Após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço**, deverão ser apresentados, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Acesso Usuário Externo) na forma de processo do tipo "**Obras Públicas: Entrega de Documentos Complementares de Obra**", os seguintes documentos:

9.7. Garantia exigida do objeto: A empresa contratada deverá prestar, sem quaisquer ônus para o Município, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no objeto, sempre que a ela imputáveis, mesmo após o encerramento do contrato, observando a legislação aplicável. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias. #GEOB

9.8. Condições de manutenção: : Não se aplica. #CMAN

9.9. Condições de assistência técnica: Não se aplica. #CATE:

9.10. Deverão ser atendidas as seguintes normas específicas de descarte: Sim. #NEDE

9.11. #RPCO: Após a execução do objeto, a contratada deverá cumprir as providências necessárias ao recebimento provisório e definitivo da obra, especialmente a entrega da documentação final pertinente, a apresentação dos laudos e ensaios exigíveis, a comprovação da adequada destinação dos resíduos gerados, a correção de eventuais pendências apontadas pela fiscalização e o atendimento às condicionantes incidentes sobre o objeto, inclusive ambientais, até o recebimento definitivo.

## 10. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de:

- I - Será exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do

contrato.

II - A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo estabelecido no edital e no instrumento contratual.

III - Caso a proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre o valor estimado e o valor da proposta, sem prejuízo da garantia contratual exigível do valor do contrato. #PGFC

10.2. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço, exceto no caso da modalidade seguro-garantia, cujo prazo de apresentação será de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, quando cabível.

10.3. Antes do início da execução contratual, deverão ser observadas as providências e condicionantes aplicáveis ao objeto, especialmente a apresentação da garantia contratual, a observância das providências gerais previstas no **item 14** do Projeto Básico, o atendimento ao licenciamento ambiental, às autorizações ambientais e às anuências incidentes sobre a obra, bem como o atendimento às exigências técnicas e operacionais necessárias ao início da execução, havendo vencimento de alguma autorização no caberá a contratada em pedir renovação e proceder acerca do tema.

**10.4. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle.**

10.4.1. Durante o acompanhamento da execução do contrato deverão ser observados pela fiscalização e pela gestão contratual os projetos executivos, memoriais, caderno de encargos, orçamento, cronograma físico-financeiro, licenciamento ambiental, anuências, condicionantes incidentes sobre a obra e demais documentos técnicos que integram o presente Projeto Básico, bem como as obrigações específicas do contratado, do contratante e as providências gerais estabelecidas neste instrumento.

## **11. DOCUMENTOS ANEXOS AO PRESENTE EDITAL ESSENCIAIS PARA OS LICITANTES**

ANEXO II -Especificações do objeto e acervo técnico (SEI nº 7956557)

ANEXO - III -Modelo da proposta (SEI nº 7847243)

ANEXO IV- Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 7415089)

ANEXO V - Projeto Básico (SEI nº 7936850)

ANEXO VI -Minuta do contrato (SEI nº 8327788)

ANEXO VII -Modelo de regime tributário (SEI nº 7847243)

ANEXO VIII - Modelo de Desconto não linear (SEI nº 7973049)

ANEXO IX -Modelo de declaração de habilitação e capacidade financeiro (SEI nº 7855855)

ANEXO X -Modelo de Disponibilidade Técnica (SEI nº 7844997)

ANEXO XI -Modelo de não realização de visita (SEI nº 7849103)

ANEXO XXII -Modelo de ciência de enquadramento (SEI nº 8404638)

Maringá - PR, 28 de abril de 2026.

**Silvio Magalhães Barros II**  
**Prefeito do Município de Maringá**

**Tiago Barros**  
**Secretário Municipal de Governo**

---

**Referência:** Processo nº 01.20.00023773/2026.54

SEI nº 8504555